



Relatório Institucional de Atividades 2018

Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos
Arquidiocese de Fortaleza

Dezembro/2018

Dom José Antônio Aparecido Tosi Marques
Presidente

Pe. José Élio Correia de Freitas
Diretor

Equipe Técnica

Kelanny Oliveira de Moraes
Lucas Guerra Carvalho de Almeida

Estagiários

Viviane Aline dos Santos Rocha
Yana Rodrigues Teixeira Lizardo

Dados da Entidade

Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza – CDPDH.

CNPJ: 00.276.802/0001-29.

Endereço: Av. Dom Manuel, 339 – Centro – 60060-090 – Fortaleza- CE

Histórico

O Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza/CDPDH, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, apartidária, de caráter pastoral, é constituído sob forma de associação que presta serviços permanentes e sem qualquer discriminação de raça, cor, etnia e sexo. Foi fundado em 1982, por decisão de Assembleia Pastoral da referida Arquidiocese. Essa decisão situa-se no contexto de trabalho das Comunidades Eclesiais de Base/CEBs junto à população sem-teto de Fortaleza. O movimento popular encontrava-se em plena efervescência e havia, nesta cidade, muitas ocupações de terrenos públicos e privados que não cumpriam sua função social. Nesse contexto, as CEBs refletiram a necessidade de haver um apoio jurídico à população sem-teto, que resistia no seu direito à moradia, bem como às pessoas que sofriam violações nos seus direitos tanto individuais, como o direito a liberdade de expressão, quanto coletivos, como o direito a terra e à moradia.

Desse modo, organizou-se o CDPDH que, inicialmente, atuava de forma mais incisiva nas temáticas que envolviam conflitos fundiários e questões de moradia junto às populações urbanas. Posteriormente, a instituição passou a prestar assessoria jurídica em diversos casos de violação, como, por exemplo, casos de prisões ilegais de militantes, tortura, atos de violência contra homossexuais, dentre outras violações de Direitos Humanos.

O CDPDH tem como missão contribuir para a Promoção dos Direitos Humanos, em especial o direito a Terra e Moradia da população de baixa renda de Fortaleza e sua região metropolitana, tendo em vista a construção de uma sociedade justa e solidária.

Nesta perspectiva missionária vinculada à preocupação com a terra, o CDPDH vem crescendo como referência na sociedade de Fortaleza, em especial no acompanhamento jurídico e socioeducativo dos povos indígenas, incluindo-se em importantes espaços de discussão, análises e propostas de políticas indigenistas no Estado do Ceará.

Finalidades Estatutárias

I - Assessoria política, técnica, administrativa e financeira aos movimentos sociais, organizações, grupo populares e de usuários, no fortalecimento de seu protagonismo e na capacitação para a intervenção nas esferas políticas, em particular na Política de Assistência Social; Sistematização e difusão de projetos inovadores de inclusão cidadã que possam apresentar soluções alternativas a serem incorporadas nas políticas públicas;

II - Estímulo ao desenvolvimento integral sustentável das comunidades e à geração de renda

III - Produção e socialização de estudos e pesquisas que ampliem o conhecimento da sociedade e dos cidadãos/ãs sobre os seus direitos de cidadania, bem como dos gestores públicos, subsidiando os na formulação e avaliação de impactos da Política de Assistência Social;

IV - Promoção da defesa de direitos já estabelecidos através de distintas formas de ação e reivindicação na esfera política e no contexto da sociedade;

V - Formação política-cidadã de grupos populares, nela incluindo capacitação de conselheiros/as e lideranças populares;

VI - Reivindicação da construção de novos direitos fundados em novos conhecimentos e padrões de atuação reconhecidos nacional e internacionalmente;

VII - Defender e promover a Ética, a Justiça, a Paz e a Cidadania conscientizando preferencialmente o pobre, o excluído dos direitos e deveres fundamentais da pessoa humana, no sentido de formar comunidades livres e solidárias;

VIII- Ser presença solidária junto aos Povos Indígenas, visando à preservação do seu direito a terra, a viver dignamente e despertar a sociedade para a identidade indígena afastando o preconceito e a discriminação;

IX- Defender o meio ambiente em todos os seus aspectos, exigindo, para tanto, a participação do poder público e conscientizando a coletividade do dever de preservá-la para as presentes e futuras gerações;

X- Assumir a defesa dos grupos comunitários oprimidos e injustiçados, atendendo aos problemas de Terra e Moradia em colaboração com outras instituições;

XI- Assessorar organizações comunitárias apoiando-as na construção de uma Sociedade Justa e Fraterna;

XII- Fomentar junto à Sociedade Civil Organizada proteção e amparo aos direitos e deveres às crianças e aos adolescentes carentes;

XIII- Prestar Assistência Técnica e Extensão Rural a Grupos Indígenas, Quilombolas e Agricultores Familiares.

Apresentação

Este relatório apresenta as atividades do CDPDH, no ano 2018. Relata as ações dos projetos, as ações de articulação na sociedade e as ações internas institucionais, que incluem a capacitação da equipe, as reuniões com diretoria/conselho fiscal e, sobretudo, as ações de planejamentos e avaliações.

O relato se divide em 3 (três) pontos:

1. Projetos: Povos Indígenas: Na luta por direitos, na organização interna das comunidades, buscando a demarcação; Fraternidade, Povos Indígenas e Superação da Violência, VIII Jogos dos Povos Indígenas do Estado do Ceará.
2. Ações de Articulação e Controle na Sociedade em geral.
3. Ações Institucionais.

Todas essas ações constituem-se na efetivação do compromisso de nossa missão que é de contribuir para a promoção dos Direitos Humanos, em especial o direito a Terra e Moradia da população de baixa renda de Fortaleza e sua região metropolitana tendo em vista a construção de uma sociedade justa e solidária.

1. PROJETOS:

1.1 POVOS INDÍGENAS: NA LUTA POR DIREITOS, NA ORGANIZAÇÃO INTERNA DAS COMUNIDADES, BUSCANDO A DEMARCAÇÃO.

Período	Atividades	Objetivos	Resultados
Janeiro a Dezembro de 2018	Oficina sobre gênero e participação da mulher no movimento indígena	Debater a participação da mulher no movimento indígena e fortalecer a Associação das Mulheres Indígenas do Ceará.	Associação das Mulheres Indígenas do Ceará fortalecida e a temática das mulheres debatida pelas mesmas.
	Oficina sobre protagonismo juvenil no movimento indígena.	Seminários locais e Estaduais realizado com a participação dos jovens pensando no protagonismo e na participação dos jovens.	Seminários realizados e juventude indígena mobilizada e atuante na luta por direitos e contra o extermínio de jovens indígenas no Ceará.
	Elaboração de boletins impressos	Divulgar a luta do movimento indígena através de boletins trimestrais.	Quatro boletins realizados no ano de 2018.
	01 Monitoramento aos processos de demarcação de terras (FUNAI e Ministério da Justiça em Brasília);	Dialogar com a presidência da FUNAI e com os órgãos técnicos correspondentes sobre a situação dos povos indígenas do Ceará.	Reuniões realizadas sobre a situação dos povos indígenas do Ceará, inclusive sobre a ocupação na Fundação Nacional do Índio no Ceará.
	Elaboração de e participação em eventos universitários com o intuito de promover o debate sobre os povos indígenas no Ceará (Seminário de Pesquisa em Direitos Indígenas, Seminário Povos Indígenas no Ceará no Acervo Digital do CDPDH; Encontro na UNILAB);	Desenvolver atividades junto ao ambiente acadêmico, dando visibilidade dentro das faculdades e universidades a causa indígena.	Trazer para o ambiente acadêmico o debate sobre as problemáticas do movimento indígena, suas lutas e afirmações culturais.
Assembleia Estadual dos Povos Indígenas	Espaço máximo de deliberação do movimento indígena do Ceará visando articular a luta em conjunto dos povos do Estado.	Assembleia realizada na Aldeia Iagoinha dos Potyguara em Novo Oriente/CE.	

	<p>Acompanhamento das lideranças indígenas em audiências e depoimentos;</p> <p>Utilização das redes sociais como forma de comunicar os trabalhos desenvolvidos e alimentar site do CDPDH;</p> <p>Articulação com entidades da sociedade civil, participação de debates e em conselhos de órgãos públicos e das pastorais sociais;</p> <p>Elaboração do terceiro volume da cartilha Cidadania Indígena Construindo-se na luta.</p>	<p>Prestar apoio institucional e técnico-jurídico às comunidades e lideranças indígenas.</p> <p>Ampliar o alcance do conteúdo e das atividades exercidas pelo CDPDH através das redes sociais.</p> <p>Avançar a inserção do CDPDH em ambientes de debate e deliberação pública.</p> <p>Informar a atual situação indígena no Ceará e seus direitos</p>	<p>O ano de 2018 foi bastante desafiador e o CDPDH permaneceu um importante instrumento para fortalecimento da luta pelos direitos humanos e por cidadania para seu público. Durante o ano a nossa entidade permaneceu também no atendimento ao público da cidade de Fortaleza, sobretudo no atendimento a população em situação de rua e demais públicos vulneráveis.</p>
--	---	--	--

1.2 FRATERNIDADE, POVOS INDÍGENAS E SUPERAÇÃO DA VIOLÊNCIA.

Período	Atividades	Objetivos	Resultados
<p>Janeiro a Dezembro de 2018</p>	<p>06 (seis) Reuniões de preparação e articulação do Seminário Fraternidade, Povos Indígenas e Superação da Violência.</p> <p>Realização de 01 (um) Seminário, que será realizado em Fortaleza, no Auditório do Centro de Pastoral Maria Mãe da Igreja, com a participação de 100 pessoas representando os povos e organizações indígenas, instituições públicas de segurança pública e de promoção de políticas públicas para os povos indígenas, organizações do terceiro setor e pastorais sociais da Arquidiocese de Fortaleza.</p> <p>Elaboração de um documento com propostas para superação da violência.</p>	<p>Discutir a temática da segurança pública com os povos indígenas inclusos no território da Arquidiocese de Fortaleza, visando à promoção de uma cultura de paz que respeite os elementos culturais dos povos originários, bem como aproximar a temática das pastorais sociais atuantes em Fortaleza.</p>	<p>Promoção da cultura de paz e solidariedade dos povos originários como paradigma da superação da violência.</p> <p>Debater as diversas formas de violência que afetam os povos indígenas no Ceará.</p> <p>Propor e refletir políticas públicas de segurança pública que respeitem as características próprias dos povos indígenas.</p>

1.3 VIII JOGOS DOS POVOS INDÍGENAS DO ESTADO DO CEARÁ

Período	Atividades	Objetivos	Resultados
Janeiro a Dezembro de 2018	<p>Reuniões de Planejamento e Preparação para os jogos indígenas do Ceará</p> <p>Seminário de Lançamento e esclarecimentos do evento para o público destinatário.</p> <p>Início da etapa de divulgação e inscrições das equipes</p> <p>Realização do Congresso Técnico</p> <p>Cerimonia de Abertura</p> <p>Realização dos jogos com a participação de indígenas de 14 etnias do Ceará, totalizando 870 indígenas, nas seguintes modalidades: futebol, arco e flecha, tiro ao alvo, corrida de tora, cabo de guerra, canoagem e triátlon.</p> <p>Premiação e cerimônia de encerramento.</p>	<p>Buscar a integração dos povos indígenas, através de um intercâmbio cultural esportivo e de lazer que incentiva o resgate das modalidades tradicionais, possibilitando a troca de experiências, o fortalecimento da cidadania, da identidade étnica, além de contribuir para o reconhecimento de suas etnias por toda a sociedade em geral.</p>	<p>Promoção do esporte e lazer para povos indígenas reconhecendo as modalidades tradicionais.</p> <p>Integração entre os povos e fortalecimento do movimento indígena do Ceará.</p> <p>Luta indígena divulgada através da cultura e do esporte indígena.</p> <p>Promoção do espírito esportivo e incentivo à prática de esportes.</p>

2. AÇÕES DE ARTICULAÇÃO E CONTROLE NA SOCIEDADE EM GERAL.

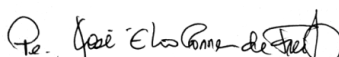
Período	Atividades	Objetivos	Resultados
Janeiro a Dezembro de 2018	<p>Participação no Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial – COEPIR</p> <p>Participação no Conselho de Segurança Pública do Estado do Ceará</p>	<p>Acompanhar e participar na elaboração de critérios e parâmetros para formulação e implementação de metas e prioridades para assegurar as condições de igualdade à população negra, indígenas, ciganos e outros segmentos étnicos da população cearense.</p> <p>Criado pela Constituição do Estado do Ceará, tem como objetivo exercer o controle social em relação às políticas públicas</p>	<p>Análise de denúncias e de situações de vulnerabilidade, assegurando a formulação de políticas públicas que assegurem a igualdade racial e a dignidades das populações negras, indígenas, ciganas e outros segmentos étnicos de nossa população.</p> <p>Discutir a situação da violência e incidir na elaboração de políticas públicas de segurança,</p>

		de segurança pública.	sobretudo para os públicos e populações vulneráveis.
	Participação no Comitê Gestor do Termo de Acordo Tapeba	Comitê formado a partir de termo de acordo entre o povo Tapeba, a família Arruda, o governo do Estado do Ceará, o Ministério da Justiça e a Fundação Nacional do Índio. Tal comitê tem como função destravar o processo administrativo da Terra Tapeba garantindo a realização de mesa de diálogo e uma maior dignidade ao referido povo.	Cobrar de cada membro signatário do termo de acordo as providências a serem tomadas para a consecução dos objetivos do mesmo.
	Conselho Distrital de Saúde Indígena	Garantir o controle social nas políticas públicas de saúde indígena.	O CDPDH foi eleito no ano de 2016 para compor o CONDISI, garantindo assim a participação da sociedade civil no referido conselho que visa exercer controle das políticas públicas de saúde.
	Comissão de Educação Escolar Indígena	Órgão consultivo e de acompanhamento das políticas públicas de educação escolar indígena.	O maior resultado alcançado é a formalização da Comissão que deve ser criada a partir de decreto do Secretário de Educação do Estado do Ceará.
	Reuniões com Pastorais Sociais.	Reunião e articulação com as pastorais sociais; Organização e Participação no Grito dos Excluídos 2018	O CDPDH participou da organização do Grito dos Excluídos 2018 que visa ressoar a voz dos excluídos e ignorados da Nação.
	Acompanhamento Jurídico as comunidades do Cauípe e do Pecém	Após solicitação do Vigário Episcopal da Região Nossa Senhora dos Prazeres o CDPDH acompanhou a situação das comunidades do Pecém e do Cauípe sobre a retirada da água que abastece essas	Acompanhamento jurídico e institucional das comunidades visando uma solução negociada do conflito e protegendo o interesse da coletividade.

	acomunidades para o Porto do Pecém.	
Acompanhamento Jurídico das Comunidades Quilombolas do Cumbe e do Córrego de Ubaranas	Acompanhar a luta e as reivindicações na luta pela titulação dos territórios das comunidades Quilombolas do Cumbe e do Córrego de Ubaranas em Aracati.	Acompanhamento da Comunidade do Cumbe em reuniões e audiências como, por exemplo, com o IPHAN na implantação do Museu Arqueológico do Cumbe.
Atendimento jurídico de público ligado as pastorais sociais e movimentos ou que buscam o CDPDH para consultoria jurídica.	Oferecer informação e acompanhamento de pessoas em situação de vulnerabilidade.	Atendimento diário de pessoas que buscam o CDPDH para informações sobre processos ou situações de suas vivências.

3. AÇÕES INSTITUCIONAIS

Período	Atividades	Objetivos	Resultados
1º e 2º Semestre de 2018	<ul style="list-style-type: none"> Reuniões sobre os projetos atuais, infra-estrutura do CDPDH e futuros projetos. 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar e monitorar os atuais projetos. Monitorar os projetos e Gestão Administrativa e Financeira do CDPDH. 	<ul style="list-style-type: none"> Monitoramento da equipe. Monitoramento dos projetos aprovados e/ou em execução.
	Reunião com a Diretoria do CDPDH	Monitoramento das atividades do CDPDH	Maior vínculo entre diretoria e equipe técnica do CDPDH, colaborando no desenvolvimento das atividades.
	Reuniões com o Presidente do CDPDH, Arcebispo Dom José Antonio Aparecido Tosi Marques	Repasse das ações do CDPDH.	Monitoramento das ações do CDPDH.


Pe. José Élio Correia de Freitas
 Diretor do CDPDH